

DISCURSIVIDADE MIDIÁTICO-IDEOLÓGICA SOBRE A

TEMÁTICA DA MULHER NO ENEM 2015

MEDIA-IDEOLOGICAL DISCURSIVITY ON WOMEN'S THEMATICS IN ENEM 2015

Rowena Borralho Monteiro Lacerda¹

Resumo: Este trabalho analisa discursos que constituíram um debate midiático, à época do Enem de 2015, acerca da abordagem relacionada à mulher em uma questão objetiva do exame e na proposta de redação. Como sustentação teórica e metodológica, nos reportaremos nas noções de discurso, sujeito, sentido, interdiscurso, memória discursiva, paráfrase e formações imaginárias, discursivas e ideológicas de Pêcheux (1997, 1999, 2008, 2014), além das contribuições sobre instâncias enunciativas e funcionamentos discursivos propostos por Santos (2009). As unidades de análise mais adequadas para o *corpus* desse trabalho, treze textos que discursivisaram sobre o assunto, são as sequências discursivas, selecionadas para formarem as matrizes de regularidades, as quais possibilitaram nosso gesto de interpretação e análise.

Palavras-chave: Paráfrase; interpelação; ideologia

Abstract: This text analyzes discourses that constituted a media debate, at the time of Enem 2015, about the approach concerned to women in an objective question of the exam and in the writing proposal. As theoretical and methodological, we will report on the notions of discourse, subject, meaning, interdiscourse, discursive memory, paraphrase and imaginary, discursive and ideological formations in Pêcheux (1997, 1999, 2008, 2014), besides contributions on enunciative instances and discursive functions proposed by Santos (2009). The most appropriate units of analysis for the *corpus* of this work, thirteen discursive texts, are the discourse sequences, selected to form the matrices of regularities, which made possible our gesture of interpretation and analysis.

Keywords: Paraphrase; interpellation; ideology.

Introdução

¹ É especialista em Crítica Literária e Ensino de Literatura pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Produz material didático de Ensino Fundamental e Ensino Médio de Língua Portuguesa e de Literatura para o Sistema de Ensino CNEC, um dos maiores grupos educacionais do País, e atua como professora de Língua Portuguesa e de Literaturas brasileira e portuguesa. Este artigo é síntese do trabalho apresentado para a obtenção do título de mestre em estudos linguísticos. Email: profrowena@hotmail.com

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) existe desde 1998. Surgiu como uma ferramenta para a avaliação do desempenho de estudantes em todo o país ao fim da Educação Básica, com vistas a proporcionar avanços no ensino. A partir de 2009, o exame também passou a servir como mecanismo de seleção de estudantes para o ensino superior, democratizando o acesso à universidade. Hoje, a maioria das instituições federais de ensino utilizam o Enem para a seleção de candidatos à carreira acadêmica, o que também ocorre com muitas universidades estaduais e municipais. Respeitando a autonomia das universidades, a nota do Enem pode ser utilizada exclusivamente como critério de seleção ou pode compor um somatório, representando uma das fases do processo seletivo. Em razão do grande alcance nacional do exame, um grande número de candidatos, recém-saídos do Ensino Médio ou veteranos na avaliação por não se submeterem a ele pela primeira vez, preparam-se para a prova todos os anos.

A questão com um texto de Simone de Beauvoir e/ou a proposta de redação sobre a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira foi/foram amplamente discutida(s) em veículos de comunicação. Além de posições diferentes no que se refere à abordagem do tema, tratamos de selecionar textos hospedados em sites ou blogs da imprensa brasileira de alcance nacional, tais como: rádio Jovem Pan, sites e blogs de jornais e revistas: Folha de São Paulo, Carta Capital, Estadão, Época, El País, Veja, Fórum, Cult.

O objetivo maior deste trabalho: analisar inscrições filosóficas, históricas, políticas e culturais que emergem das discursividades em textos que discutiram a escolha do tema da redação do Enem 2015. Desse modo, fez-se necessário descrever as materialidades linguísticas, levantar as regularidades recorrentes nessas materialidades e analisar as inscrições que se manifestam na constituição dos sentidos nos acontecimentos discursivos.

Um olhar epistemológico sobre a teoria do discurso de Michel Pêcheux

Para a realização das análises discursivas neste trabalho, eu me ancorarei, principalmente, nas épocas da AD, conforme a evolução dos estudos pecheutianos, em que se destaca a crescente imbricação de língua, sujeito e sociedade, e nas extensões epistemológicas da noção de sujeito propostas por Santos (2009).

Pêcheux observou que as relações entre os sujeitos se davam por uma linguagem regulada pela tensão existente nas imagens representadas de quem fala, dos seus interlocutores e do referente em um processo que considerou inerente às condições de produção dos discursos. Desse modo, o enunciador participa do processo discursivo, legitimando ou não determinados discursos, em processos de (des)identificação e de alteridade constantes, de onde emanam os sentidos.

Formações discursivas (FDS) e formações ideológicas (FIS): balizas para uma percepção discursiva

Os sentidos do dizer, desde a primeira fase da AD, eram (ante) vistos por uma exterioridade, ou seja, os sentidos eram construídos durante a produção das discursividades a partir de projeções, ou seja, de formações imaginárias que os sujeitos envolvidos na enunciação faziam de si e do outro e, assim, das próprias condições de produção dos discursos.

Em um acréscimo a essa teoria da primeira época da AD, quando os sujeitos se inscreviam num discurso previamente instaurado e dominado por condições de produção estáveis, na segunda época, a natureza da enunciação foi reconhecida como pertencente a uma formação discursiva, determinada antes por uma formação ideológica.

Na perspectiva do materialismo histórico, os discursos se estabelecem em dadas formações discursivas e revelam os lugares sociais dos sujeitos:

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a *todos*, é preciso então compreender de que modo os “voluntários”

são designados nesse recrutamento. (PÊCHEUX, 2014, p. 144, grifos do autor)

Assim, os discursos que se manifestam nos textos selecionados para este trabalho, os treze textos de opinião que constam nos anexos, efetivam discursividades que revelam, em seus entremeios, a expectativa de devir histórico dos enunciadores, as inscrições ideológicas dos sujeitos nos processos de alteridade e as paráfrases que põem em relevo a ilusão de originalidade dos sujeitos em seus dizeres, tratada por Pêcheux como esquecimento.

A partir do conceito de formações ideológicas desenvolvido por Pêcheux (2014, p. 147), depreende-se que os discursos não são estáveis, homogêneos, de determinada classe social ou de determinada instituição, ou seja, constituintes estritos de uma formação discursiva, mas são produtos da clivagem resultante da interpelação do sujeito pela ideologia, num processo de assujeitamento, que ocorre, independentemente, de classe social. Para Pêcheux, o conceito de interpelação é imprescindível para o analista do discurso:

Todo o nosso trabalho encontra aqui sua determinação pela qual a questão da *constituição do sentido* se junta à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular do “rituais” ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria “tese central”, na figura da *interpelação*. (PÊCHEUX, 2014, p. 140, grifos do autor)

Pêcheux (2014, p.130) não considerava a ideologia feita de ideias, mas de práticas, por isso, ela não seria da classe, mas do sujeito. Em suas palavras “é impossível atribuir a cada classe sua ideologia”. Sendo assim, tendo em vista a opacidade dos dizeres, as possibilidades de interpretação devem contemplar – para além das condições de produção e as imagens que os interlocutores têm de si, do outro e do lugar de si e do lugar do outro nas tomadas de posição nas formações imaginárias (PÊCHEUX, 1997, p. 83) – sobretudo a ideologia, cerne da análise discursiva proposta a partir da segunda época, e as possibilidades de clivagem e de

interdiscursividade.

Tais formações permitiram que fizéssemos a descrição da ocorrência de regularidades nos discursos e a ideologia dispersada pelos textos em veículos midiáticos nos quais eles se hospedam, como revistas, sites, blogs, além da observação de atravessamentos discursivos, apagamentos e relações parafrásticas. Para Pêcheux, não existe discurso alheio à ideologia. O assujeitamento, do qual os sujeitos não escapam, e as formações discursivas e ideológicas, às quais os discursos se filiam, são de grande importância neste trabalho, que busca filiações e relações parafrásticas em uma situação polêmica intra e extra textual, o que queremos dizer que existe no âmbito do exame nacional e no da política brasileira.

Santos (2009), ao teorizar sobre a *instância enunciativa sujeitucional* (IES), compreendida como a alteridade de instâncias sujeito no interior de um processo enunciativo, ressalta

A ideia de assujeitamento está vinculada à ideia de devir, aqui tomado como a propriedade de um estado vir-a-ser, emergir sobre determinadas condições e, sobretudo, a natureza de deslocar-se, para tornar-se desse estado para uma dada condição de circunstancialidade enunciativa. O *assujeitamento*, portanto, é da ordem de um integrar-se, de um aderir-se, de um fundar-se aos e nos aspectos constituintes, constitutivos e constituídos de uma realização linguageira, na condição de *elemento tornado sujeito*. (SANTOS, 2009, p. 86, grifos do autor)

Essa noção de alteridade desenvolvida por Santos deriva da terceira fase da AD, quando Pêcheux admite o outro nos gestos de interpretação dos discursos, vulneráveis a interlocuções e a intervenções. Usei neste trabalho essa extensão teórica, pois entendo que a constituição sujeitacional é da ordem do integrar-se, do assujeitar-se. Desse modo, as instâncias enunciativas – em um tempo e espaço determinados pela natureza de suas produções discursivas – elaboram sua adesão e sua forma de aderir a uma prática ideológica discursiva, e não a outra.

A instância enunciativa sujeitacional (IES) enquanto um olhar epistemológico sobre a teoria do discurso de Michel Pêcheux

Santos (2009, p. 87) explica que “os processos identitários dos sujeitos representam as particularidades subjacentes à referencialidade polifônica, que funciona como vozes de uma inserção filosófica, política, histórica, social, cultural, psicológica e linguística” e que “o lugar sócio-histórico representa as controvérsias situacionais sincrônicas e singulares, permeadas pelos atravessamentos interdiscursivos e pelas implicaturas de caráter institucional”. Com vistas a situar os discursos pelo viés da clivagem ideológica e sócio-histórica, num processo dialógico, busco empreender a análise dos funcionamentos discursivos dos textos selecionados. Assim, pelas tomadas de posição presentes em dizeres ou em silenciamentos, emergiram expectativas de um devir histórico, no âmbito político e no educacional, o qual refrata as filiações antevistas pelas formações ideológicas.

Para Pêcheux, a interpelação promovida pelo “objeto” transforma o indivíduo em sujeito do seu discurso.

(...) os “objetos ideológicos” são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – “seu sentido”, isto é sua orientação, ou seja os interesses de classe aos quais servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na ideologia. (PÊCHEUX, 2014, p. 132, grifos do autor)

A clivagem promovida nas instâncias sujeitacionais, que, interpeladas pelo tema da mulher no Enem, enunciaram em textos de opinião, revelou ora o desejo de problematização do assunto, ora um distanciamento do tema e uma movência da discussão do campo da educação para o campo da política, de forma a propor transformações sociais ou assentir, (in) conscientemente, a manutenção do *status quo*. Na abordagem teórica que embasa os estudos deste trabalho, o silenciamento de discussões acerca do tema não garantiria ao exame imparcialidade e neutralidade, mas, inevitavelmente, uma tomada de posição. Pêcheux denominou essa contradição (reprodução/transformação) como constituinte da luta ideológica.

As formações discursivas podem sofrer atravessamentos de outras formações discursivas, a esse todo das formações discursivas é o que Pêcheux denomina interdiscurso e que para ele tem materialidade ideológica anterior à linguística, pois define *a priori* o que e como se pode enunciar. Uma formação discursiva, por sua vez, pode ser invadida por outra formação discursiva em um discurso e o sujeito pode, então, se manifestar mobilizando discursos outros, o que lhe daria a sensação de liberdade e a ilusão de completude quanto à sua capacidade autoral.

Já sabemos que a constituição do sujeito contempla história e ideologia, as quais se manifestam pela interpelação dos sujeitos e determinam, por conseguinte, seus lugares-sociais a partir de determinadas condições de produção. No entanto, é necessário compreender a totalidade do dizível enquanto interdiscurso, um tecido com incontáveis e diferentes tramas, as quais, em situação análoga, representariam as formações discursivas. Se o tecido do interdiscurso é formado por diferentes tramas, capazes de representar as formações discursivas, o sujeito falante pode (re)inscrever-se ou (re)esquivar-se das discursividades, recorrendo a paradigmas existentes da enunciação.

Nesta pesquisa, é possível a observação da ocorrência de paráfrases pela análise das regularidades que emergem da interpretação das sequências discursivas. As paráfrases podem remeter a outros textos selecionados para o *corpus* ou, pelo viés do interdiscurso, remeter a discursividades educacionais, políticas, jurídicas, religiosas, e outras; uma vez que as formas-sujeito dos discursos são resultado de um processo de interpelação e se manifestam pelo intradiscurso – enunciação peculiar do sujeito e que rompe o tecido do interdiscurso, tendo em vista as inscrições ideológicas em formações discursivas e as condições de produção.

Rotas metodológicas

Cabe destacar, mais uma vez, que foram as reações à abordagem da questão da

mulher no Enem que orientaram a escolha dos textos para esta pesquisa qualitativa, na qual o gesto de interpretação será amparado pela Análise de Discurso Francesa de linha pecheutiana, em dois momentos de trabalho com os dados: o da macroanálise, relativo às matrizes² de percepção das regularidades³, e o da microanálise, relativo à descrição e à análise das sequências discursivas⁴, que são, ao mesmo tempo, oriundas das regularidades da macroanálise e geradoras de enunciados operadores na microanálise.

As sequências discursivas são a unidade de análise mais adequada para a abordagem do *corpus* desse trabalho, pois possibilitam o levantamento de matrizes de regularidades que permitem nossa interpretação e análise. Segundo Santos,

(...) a disposição distintiva dessas regularidades constituirá as chamadas matrizes, consideradas como síntese da macro-instância de análise de uma manifestação discursiva. As matrizes seriam, então, um mapeamento de ocorrências das regularidades no todo do corpus, com vistas a uma organização distintiva da conjuntura discursiva da enunciação em análise. Dessa síntese matricial, composta por sequências discursivas, recortadas da conjuntura enunciativa em estudo, emerge o procedimento de microanálise de uma manifestação discursiva. Essas sequências discursivas, por sua vez, representam conjuntos de enunciados, recortados do escopo da manifestação em estudo, que sinalizam uma evidência por recorrência, particularidade ou efeito, e passam a constituir unidades-base de análise de comportamentos subjetudiniais ou de conjunturas sentidurais. (SANTOS, 2004, p. 114)

Desse modo, a partir da seleção das regularidades, na microanálise das sequências selecionadas, pudemos examinar as formações imaginárias, discursivas e

² “Compilação de evidências enunciativas, percebidas a partir do exame pormenorizado de elementos que significam em uma dada materialidade linguística em estudo, que apontam para uma conjuntura de significações na análise de um objeto discursivo.” (SANTOS, no prelo)

³ “Evidências significativas observadas na conjuntura enunciativa de uma manifestação discursiva” (SANTOS, 2004, p. 114).

⁴ “Conjuntos de enunciados, recortados do escopo da manifestação em estudo, que sinalizam uma evidência por recorrência, particularidade ou efeito, e passam a constituir unidades-base de análise de comportamentos subjetudiniais ou de conjunturas sentidurais” (SANTOS, 2004, p. 114).

os interdiscursos que delas emergiram. Santos (2004, p. 114) reforça que “é por meio das regularidades que se emoldura com mais clareza o tópico em investigação pelo analista, corroborando, assim, com as projeções determinantes advindas dos objetivos, hipóteses e questões de pesquisa.”

Pela análise das sequências discursivas, busco a memória discursiva desvelada nos dizeres, as formações ideológicas observadas pela manifestação da forma-sujeito dos enunciadores e o interdiscurso, pois a instância enunciativa sujeitucional se manifesta a partir da circunscrição do sujeito na enunciação. Para Santos,

Esse sujeito do discurso, ou sujeito discursivo fará uma tomada de posição que o conduzirá a um lugar discursivo ou a um lugar social, ou ainda uma alteridade constitutiva em ambos. Esse processo acontecerá porque quando esse sujeito discursivo for interpelado, atravessamentos interdiscursivos se sobreporão à formação discursiva de inscrição daquela forma-sujeito. (SANTOS, 2009, p. 84)

Inicialmente, apresento matrizes para cada um dos textos jornalísticos de opinião selecionados para a composição do *corpus*. Cada matriz se constitui na descrição dos dizeres e análises das potencialidades em três ocorrências de regularidades que nos chamaram atenção: *Justificativa para a temática da mulher no Enem 2015*, *A temática da mulher no Enem 2015 e sua relação com ideologias diversas* e *Escritas ou apagamentos: discursividades acerca da pertinência da reflexão sobre a mulher na sociedade contemporânea*. Após a seleção dos dizeres apresentados como regularidades dessas três ocorrências, construo um olhar para a análise das potencialidades dessas materialidades, na qual tive o cuidado de descrever seus aspectos linguísticos e semânticos.

Após a macroanálise, que proporcionou um mapeamento do *corpus*, foram montadas matrizes sentidurais, que possibilitaram observar as regularidades em conjunto, tanto reunindo dizeres que qualificam o tema da mulher no Enem 2015, quanto aqueles que não qualificam. Na microanálise, portanto, tivemos seis matrizes, sendo duas (dizeres que qualificam e dizeres que não qualificam) para cada uma das

três regularidades descritas na macroanálise e, na síntese dessas percepções, elaboro meu gesto de interpretação de enunciados operadores, derivados das três regularidades.

Das matrizes elaboradas na microanálise, derivarão seis axiomas, enunciados que remetem às regularidades mapeadas em cada uma delas. Sendo assim, cada paráfrase observada nas sequências selecionadas para uma regularidade constará em um axioma – elaborado como síntese das significações instauradas pelos dizeres e revelado pelos enunciados operadores que demonstram certa recorrência de sentidos.

Nesse sentido torna-se relevante trazer à tona o posicionamento de Figueira (2007) quando afirma que

O status de um axioma discursivo consiste em sua existência material (não-empírica) no nível da memória discursiva. Tal existência permite que o axioma discursivo seja repetível, isto é, que seja retomado em infinitas reformulações possíveis ao longo dos processos enunciativos que se inscrevem no devir histórico. (FIGUEIRA, 2007, p. 59)

A partir do dispositivo matricial, será possível pôr em funcionamento as análises discursivas em suas constituições sentidurais, de modo que possibilitará o ordenamento conceitual na configuração epistemológica da análise: o intervalo histórico de dispersão dos sentidos⁵, responsáveis pela constituição das instâncias enunciativas sujeitacionais.

Discursividades midiático-ideológicas sobre a temática da mulher no ENEM 2015

Em um primeiro olhar para as materialidades que compuseram o *corpus*, identifiquei os posicionamentos das instâncias enunciativas acerca do tema discutido nos seus textos de opinião e, depois, fiz um levantamento das regularidades

⁵ Conexão entre ações sujeitacionais, na qual uma ação subsequente é consequência de uma ação antecedente submetida a um processo de tensão enunciativa, cuja decorrência pode ser razão de significação para apagamentos, silêncios e esquecimentos, dispostos em uma alteridade interpelativa, determinante para uma interpretação dos efeitos de constituição do sujeito na enunciação (SANTOS, 2007, p. 197).

identificadas na abordagem do assunto nos textos selecionados. Dentre as primeiras recorrências chamou-me atenção um léxico, em certa medida, comum, pois este é apresentado em razão das tomadas de posição políticas sobre o tema abordado no Enem. São exemplos dessas regularidades lexicais, em textos que não qualificam a temática: “ideologia de esquerda”, “fascismo”, “marxismo-leninismo”, “discurso feminista”, “viés ideológico”, “doutrinação”, e, em textos de contrapartida ideológica, termos como “violência”, “vítima”, “luta”, “diálogo”, “resistência”, “direitos das mulheres”. Conforme Pêcheux,

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas condições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 2014, p. 146) (os grifos são do autor)

As palavras remetem a determinadas formações discursivas as quais iremos revelar durante a microanálise. Importantes à mesma maneira, características sintáticas como as das orações subordinadas e dos operadores argumentativos também devem ser examinados, porque contribuem para que se revelem as incursões dos sujeitos em diferentes formações discursivas.

Sobre o contexto histórico exposto pelas materialidades, é necessário destacar o acirramento que se manifestou no fim do primeiro ano do mandato de reeleição da presidenta Dilma. Esse contexto se revelou nas abordagens ao tema da mulher no Enem 2015, em textos que atribuíram ao tema um viés esquerdista ou em textos cujos autores não compartilhavam da mesma convicção. Assim, tendo em vista as condições de produção, pode-se dizer que há uma interdiscursividade que contribui para a inserção dos dizeres em formações discursivas a partir de uma situação parafrástica, já que, em alguns casos, identifica-se a disposição de ratificar a persistente violência contra a mulher no século XXI e, em outros, de ressaltar o discurso político de esquerda que estaria sendo difundido na escolha do tema.

O tema da mulher apresentou-se como causa da polêmica pela forma como foi abordado no exame, as críticas foram pontuadas na escolha da filósofa - considerada, naquele contexto, estandarte de uma ideologia de esquerda - e no tema da redação, considerado delicado em exame de seleção pelo fato de pontos de vista políticos ou religiosos (especialmente aqueles relacionados à postura da mulher na sociedade, ao casamento, ao aborto) prejudicarem alguns candidatos, já que poderiam ser criticados por avaliados cujas interpelações pertencem a outra ordem de constituição subjetiva.

A polêmica repercutiu de modo que se observasse a denegação do problema e o silenciamento da importância do debate acerca da condição da mulher na sociedade brasileira contemporânea.

Em nível de análise preliminar, observa-se que o que se projeta nas regularidades é uma discursividade a qual se justifica ora pelo fortalecimento ora pelo apagamento de ideologias diversas. A polêmica revela a influência de identificações ideológicas às práticas educacionais, razão pela qual se observa que a determinados assuntos são atribuídos valores diferentes. As instâncias enunciativas subjetivas se comportam de acordo com perspectivas ideológicas as quais buscamos mapear nas análises a partir de um gesto de interpretação da memória discursiva, do atravessamento interdiscursivo e das formações ideológicas que fazem emergir os sentidos.

Considerações finais

O objetivo maior deste trabalho foi o de analisar inscrições filosóficas, históricas, políticas e culturais que emergem das discursividades em textos que discutiram a escolha do tema da redação do Enem 2015. E, para alcançá-lo, busquei, antes, descrever as materialidades linguísticas, levantar as regularidades recorrentes nessas materialidades e, finalmente, analisar as inscrições que se manifestam na constituição dos sentidos nos acontecimentos discursivos. A macroanálise, de onde emergiram as regularidades, permitiu-nos o mapeamento do *corpus*, e foi possível a

análise das regularidades em conjunto, pelo recorte delineado na síntese das percepções, no momento da microanálise.

A hipótese deste trabalho, de que as inscrições discursivas midiáticas sobre a abordagem temática da mulher no Enem de 2015 se comportam conforme posicionamentos ideológicos das instâncias enunciativas sujeitacionais, pôde ser confirmada pelos textos selecionados, tendo em vista a relação que identificamos entre a posição das instâncias enunciativas com o modo como o tema foi abordado e as inscrições em discursos relacionados a posições político-ideológicas.

Ao longo do texto, destaquei *o modo como o tema foi abordado* e não simplesmente o tema, porque se confirmaram críticas à escolha de um fragmento da autora Simone de Beauvoir para uma questão objetiva, já que ela difundiria o feminismo – tomado nas discussões, em alguns textos, como ideologia de esquerda. Além disso, houve críticas às possíveis represálias a escolhas de argumentos dos candidatos para sustentarem a ideia de persistência da violência contra a mulher na proposta de redação. É sabido que, na proposta, havia dados que confirmaram a persistência da violência contra a mulher e que, desde que não ferissem os direitos humanos, qualquer argumento poderia ser utilizado, sem que se prejudicasse a nota do candidato. Vale lembrar que o comprometimento da avaliação por esse critério sempre existiu nas propostas de produção de texto do exame. Não obstante, vimos que abarcar a condição da mulher, seja em uma evolução sócio-histórica ou na contemporaneidade é tocar também em aspectos políticos e ideológicos, que sobrepõem as posições dos sujeitos à ideia prevista na constituição, de igualdade de direitos, e, por consequência, é (des)construir a relevância de medidas de um órgão representante do governo, no caso, um governo de uma mulher de esquerda.

Ancorada, principalmente, na análise de discurso francesa de Pêcheux (1997, 2008, 2014) e na extensão teórica de sua teoria, proposta por Santos (2009), observei a relação entre discurso e ideologia discutida nesse referencial. Esses autores, conforme mostrei na abordagem teórica do trabalho, consideram discurso e ideologia

processos indissociáveis. Atingi, assim, o objetivo do trabalho ao analisar como se apresentaram os dizeres sobre a questão acerca das ideias de Simone de Beauvoir e sobre o tema da proposta de redação Enem 2015, “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, buscando os sentidos construídos a partir de inscrições discursivas dos sujeitos que enunciaram sobre o tema.

Sendo o objeto discursivo investigado nesta pesquisa os efeitos do tema do exame de 2015 na mídia, o estudo reforçou a capacidade midiática de promover um embate ideológico acerca de vários assuntos, inclusive sobre assuntos que não são do campo de conhecimento da maioria dos autores, levando a sociedade a discutir o assunto e a se posicionar sobre ele. Foi possível observar que a desqualificação da temática da mulher nas duas situações do exame – seja apontando para a construção de seu papel social, seja discutindo a violência de que ainda é vítima – e a ausência de problematização de sua realidade atual substituíram debates que poderiam unir posicionamentos político-ideológicos e promover uma sociedade mais justa e unívoca, no sentido da promoção dos direitos iguais para todos. Portanto, a perda é imensurável, tendo em vista que, ao se ideologizar político-partidariamente situações que abordam temas importantes como a promoção de igualdade, podem-se silenciar aspectos sociais relevantes. Apagar a relevância da visibilidade de questões de gênero acarreta a manutenção das diferenças, do preconceito e da violência. Por isso, não acredito na neutralidade dos dizeres, mas na reflexão e na promoção de mudanças sociais necessárias à construção da justiça social.

As memórias que se revelaram nos dizeres, pelo fenômeno que Pêcheux chamou paráfrase, tanto em textos que qualificam a proposta como em textos que não a qualificam, confirmam a necessidade de reconhecimento e atenção das esferas sociais sobre a violência, para que seja possível, então, surgir um outro panorama, o de enfrentamento do problema. Tal mudança de paradigma passa pela discussão, reflexão e mudança de atitude da sociedade brasileira – na minha percepção, independente de posicionamentos políticos-partidários – já que visa a um

posicionamento justo do ponto de vista da preservação dos direitos humanos, relacionados à liberdade e à igualdade resguardadas perante a lei.

A defesa de argumentos que, do ponto de vista ético, parecem-nos desestabilizáveis, mostrou-se também consoante à identificação ideológica dos sujeitos, já que estes, além de desconstruírem abordagens que negligenciaram o problema da mulher na sociedade, também (d)enunciaram posicionamentos políticos que as sustentavam. Desse modo, percebo, na relação entre os textos, um binarismo, na maioria dos casos, entre ataque e defesa, alicerçados em discursos políticos que – em um momento de acirramento ideológico com início na reeleição da presidenta Dilma Rousseff e, ao mesmo tempo, antecedendo ao seu impedimento – deram continuidade ao embate que se instaurou em vários espaços midiáticos, como, por exemplo, no jornalismo difundido pelos mais diversos suportes e nas redes sociais.

Alguns dados da análise serão agora trazidos à guisa de conclusão, a fim de sistematizar a relação proposta pelo trabalho, entre os dizeres que qualificam e os que não qualificam a temática da mulher como abordada no exame, em cada uma das três recorrências observadas. Essas relações permitiram a confirmação de que posicionamentos ideológicos – além de interferirem na educação, tendo em vista práticas promovidas pelos discursos – podem repercutir diretamente na cultura de uma sociedade, estabilizando ou desestabilizando práticas sociais, pela pseudo-inscrição em um discurso da neutralidade ou pela problematização da manutenção do *status quo*.

Na macroanálise, nos textos que não qualificam a abordagem, notei um apelo a neutralidade discursiva e a condução dos argumentos pela perspectiva ideologizante do exame, diferente do que ocorre nos textos que qualificam a abordagem, em que se observam, sobretudo, reação aos questionamentos daqueles que não a qualificam.

A princípio, pude observar que os dizeres que qualificam a escolha do tema da mulher para a edição do Enem de 2015 têm regularidades discursivas acerca da situação de persistência da violência e acerca do devir que se delineia em outra

perspectiva de educação, a qual contempla questões de gênero e discursividades respaldadas pela ideologia de atualização educacional, com vistas a mudanças sociais que protejam a mulher da violência, conforme descrito pelo axioma 01: *“Os dizeres que qualificam o tema da mulher como abordado no Enem recorrem ao interdiscurso jurídico e ao educacional”*.

Nas sequências analisadas nessa seção do trabalho, pude perceber o comprometimento das IES com a valorização do exame, que tem assumido o papel de promover mudanças em paradigmas educacionais, deslocando seu foco da perspectiva tradicional, que afasta os candidatos, mas, sobretudo, os cidadãos de seus papéis sociais.

Das sequências selecionadas na macroanálise, identifiquei singularidades que me permitiram então uma análise dos enunciados, os quais se aproximaram não só pelo tópico argumentativo, mas também pela maneira como foi abordado. Assim, percebi discursividades que sustentaram a persistência da violência contra a mulher, enfatizando sua história de vítima da sociedade patriarcal; discursividades que revelaram a disposição das IES em resistir à violência e promover mudanças sociais que passam pela formação do jovem na educação formal; além de discursividades que se empenharam na promoção de mudanças que dariam conta de um novo cenário educacional, que fosse capaz de promover uma sociedade menos desigual.

Já nos dizeres que não qualificam a escolha do tema da mulher para a edição do Enem de 2015, há regularidades discursivas pautadas no confronto ideológico com a abordagem feita no exame, afastando as discussões da promoção da igualdade ou da discussão do tema, uma vez que a ênfase se deu nas inscrições partidárias, em uma abordagem jocosa que, muitas vezes, ridicularizou o exame e silenciou a discussão acerca da relevância do tema, silenciando, também, a possibilidade de outra abordagem ou de sugestões capazes de agregar ideias que tivessem em comum o propósito de promover, para então podermos pensar em consolidar, uma sociedade mais justa. Dessas percepções, obtivemos o axioma 02: *“Os dizeres que não*

qualificam o tema da mulher como abordado no Enem recorrem ao interdiscurso político atravessado pela ironia”.

Nos enunciados-operadores analisados nessa seção do trabalho, pude perceber o objetivo de denúncia que as discussões buscaram alcançar, aliando a imagem do exame à propaganda política de orientação marxista, em linguagem irônica, inferiorizando o processo de avaliação e questionando sua competência para a seleção de candidatos às universidades do país. Embora a relevância do tema tenha sido considerada em algumas situações, foi assunto tangencial nos textos argumentativos.

Mais uma vez, identifiquei semelhanças de tópicos nas recorrências identificadas na macroanálise. Essas semelhanças permitiram, então, uma análise desses enunciados. Nesse sentido, emergiram discursividades que sustentaram o propósito doutrinário do exame; discursividades que manifestaram desprezo pelo exame nacional, que estaria promovendo ideários de esquerda como o feminismo; discursividades que silenciaram pontos positivos da abordagem do tema da mulher no exame, como a reflexão, atribuída também à educação em todos os âmbitos, sobre a necessidade da promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Após a retomada de alguns aspectos da análise de discursividades que qualificam ou não qualificam o tema da mulher conforme se apresentou no Enem de 2015, passo à segunda das três regularidades observadas na macroanálise, que é a relação entre a temática da mulher no Enem de 2015 e a ideologia. Percebi um embate quanto às perspectivas, pois, em discursividades que qualificam a temática, identificam-se respostas, na maioria das vezes indignadas, a discursividades que manifestaram acusações ao cunho ideológico e doutrinário de esquerda do exame.

Em dizeres que qualificam a abordagem do tema da mulher na edição do Enem de 2015, é possível identificar muitas referências às IES que se posicionaram publicamente contrárias a aspectos da abordagem temática do Enem de 2015, com vistas a desconstruir os sentidos difundidos por suas discursividades. Notam-se, nos enunciados-operadores selecionados para essa seção do trabalho, a (re)ação a práticas

discursivas que não valorizaram a importância do tema no exame e, de certo modo, possibilitaram leituras de resistência a outras abordagens na educação, como as que contemplam aspectos sociais. Essa (re)ação identificada nas sequências analisadas revela-se em síntese no axioma 03: *“Os dizeres que qualificam o tema da mulher como abordado no Enem revelam-se ideologicamente filiados ao interdiscurso da contestação”*.

Nos enunciados-operadores analisados, as IES revelam sua preocupação com os caminhos da educação e da sociedade, pois, além de reconhecerem o discurso do ódio na ideologização do exame nacional, reconhecem a dificuldade da promoção de temas relevantes à sociedade ao patamar da formação dos educandos nas escolas. Ainda, concomitante à observação do fortalecimento das críticas à abordagem do exame no Enem de 2015, essas IES observam a necessidade do envolvimento da sociedade para contestar tal ideologização, tendo em vista que, sendo um problema histórico da sociedade brasileira, não pode ser negligenciado por ninguém, independente de posições políticas.

Selecionei percepções advindas de certas identificações discursivas em enunciados-operadores, os quais permitiram identificar como se construiu o caráter contestatório apontado no axioma. Assim, vieram à tona discursividades que protestaram sobre o fato do tema ser atribuído a ideologia de esquerda; discursividades que (d)enunciaram a falta de envolvimento da sociedade e de intelectuais com a emergência do problema social abordado no exame; além de discursividades que rechaçaram a atribuição do tema a agenda de interesses do governo vigente.

Já nos dizeres que não qualificam a escolha do tema da mulher para a edição do Enem de 2015, identifica-se o propósito de denunciar a atitude panfletária do governo ao difundir temas caros à esquerda. Além disso, em tom acusatório, há uma generalização do comportamento da esquerda, materializado pela abordagem do exame nacional no Enem de 2015 e nas posturas dos chamados esquerdistas diante o

tema proposto. Em um cenário político favorável a determinadas ideias, a dissimulação seria fundamental para que os candidatos obtivessem êxito na avaliação. Dessas percepções, obtivemos o axioma 04: *“Os dizeres que não qualificam o tema da mulher como abordado no Enem revelam-se ideologicamente filiados ao discurso da denúncia”*.

Nos enunciados-operadores analisados nessa seção do trabalho, pude perceber que a denúncia passa por considerar a construção social da mulher – abordada na questão objetiva que trouxe um fragmento da obra de Simone de Beauvoir – e a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira – tema da redação – ideias associadas a fim de propor a milhões de candidatos sua inscrição em pautas de agenda feminista. No entanto, é importante considerar que a questão objetiva fez uma interpelação ao candidato acerca de um pensamento que existiu histórica e filosoficamente, portanto estaria no rol de possíveis questionamentos aos candidatos, e que, independentemente, a persistência da violência contra a mulher é um problema social sobre o qual deve haver reflexão.

As semelhanças de tópicos identificados nas recorrências levantadas na macroanálise permitiram a seleção de enunciados que revelaram discursividades que construíram e reforçaram estereótipos de um comportamento de esquerda, apontado nos textos como desprezíveis e dignos de ironia; discursividades que caracterizaram a abordagem da temática da mulher, na questão objetiva e na redação, conjuntamente, como atitude acintosa do governo; além de discursividades que apontaram para a inevitável dissimulação de muitos candidatos para atender à expectativa de corretores que agiriam movidos por apelo à ideologia de esquerda na correção dos textos.

Na terceira e última das três regularidades, objetivei mostrar como se comportam discursividades e apagamentos de temas relativos à pertinência da reflexão sobre a mulher na sociedade brasileira em abordagens que qualificam a temática e em abordagens que não a qualificam. Observei um contraste na expressão das tomadas de posição das IES nos textos de opinião no que diz respeito a essa regularidade, pois ora

se percebe como objetivo do texto a crítica à manutenção de práticas sociais que tornam a mulher vulnerável a discriminações e ora o objetivo do texto consiste em enfatizar o viés doutrinário do exame nacional, muitas vezes, apagando a situação de vulnerabilidade da mulher na sociedade contemporânea, conforme comprovam dados apresentados no próprio exame.

Em dizeres que qualificam a abordagem do tema da mulher como ocorre na edição do Enem de 2015, é nítida a inscrição das IES em um discurso de proposta de reação da sociedade à diferença que ainda se estabelece entre homens e mulheres, com vistas a problematizar a desigualdade de gênero e a construir uma outra realidade no que se refere à percepção de gênero na sociedade brasileira. Tal problematização e, ainda, propostas de intervenção identificadas nos enunciados-operadores analisados revelam-se, em síntese, no axioma 05: *“Os dizeres que qualificam o tema da mulher como abordado no Enem pertencem ao campo discursivo da crítica à manutenção do status quo”*.

Nos enunciados-operadores analisados nessa seção, pode-se perceber a discussão acerca da urgente necessidade dos brasileiros, mas, principalmente das mulheres brasileiras, de se unirem para a reflexão sobre as posturas conservadoras, que refletem resistência a outros cenários que se delineiam na sociedade. Essa resistência pode ser identificada em discursividades que (d)enunciam uma proposta de silenciamento, forjada em argumentações que, de alguma maneira, desqualificaram o exame. As discursividades que revelaram necessidade de resistência, em tom de ironia, criticaram posturas machistas e aquelas que não valorizaram o tema no exame nacional e, além disso, propuseram a manifestação efetiva em torno do tema, a fim de que uma mudança em prol da igualdade de gêneros realmente se estabeleça.

As percepções levantadas a partir da análise dos enunciados-operadores destacam as relações parafrásticas que permitiram verificar a síntese das percepções em um axioma. Assim, entre as discursividades que permitiram a descrição dos movimentos enunciativos acerca de escritas e apagamentos no que concerne à pertinência da

reflexão sobre a mulher na sociedade contemporânea, foram levantadas neste trabalho discursividades que criticaram posicionamentos que não referendaram a problematização da mulher na sociedade atual; discursividades que, atravessadas pela ironia, combateram a naturalização da violência, além de discursividades que propõem e impõem as mulheres a assumirem uma postura engajada.

Em dizeres que não qualificam a escolha do tema da mulher na edição do Enem de 2015, observam-se regularidades discursivas pautadas na denúncia de que o exame, em vez de avaliar de forma isenta e imparcial, difunde uma ideologia de esquerda e não cumpre o papel educacional a que se propõe. Os dizeres acerca desse fato revelaram, nas análises das recorrências, alguns apagamentos, como a ausência de discussão sobre o papel social da mulher, sobre a persistência da violência em relação às mulheres e sobre a pertinência de um tema como esse ser levado à problematização de milhões de jovens. Além disso, desvelou-se uma insatisfação e o desejo de apagamento do pensamento de Simone de Beauvoir, filósofa do século XX, cujas percepções marcaram historicamente aspectos da evolução do pensamento ocidental. Das análises das recorrências, obtivemos o axioma 06: *“Os dizeres de textos que não qualificam o tema da mulher como abordado no Enem pertencem ao domínio discursivo da desqualificação do exame nacional e do apagamento da discussão sobre o lugar social da mulher”*.

Como professora da educação básica, espero que este trabalho contribua para que todos nós, dotados da capacidade de leitura discursiva, percebamos os sentidos que se sobressaem a estratégias argumentativas. Após a retomada de aspectos da análise, concluo este trabalho com a expectativa de que ele possa ajudar leitores de todos os campos de conhecimento a buscarem nos discursos seus propósitos ideológicos, avaliando a pertinência dos argumentos que sustentam seus interesses de qualificação ou de desqualificação sem perder de vistas a promoção da cidadania.

Referências

LACERDA, Rowena Borralho Monteiro. Discursividade midiático-ideológica sobre a temática da mulher no ENEM 2015. Dossiê em homenagem ao Professor Dr. João Bôsko Cabral dos Santos. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p. 110-132, 2019. (ISSN: 2317-1006 - online).

CASTRO NETTO, M. I. *Novas Tecnologias na Discursividade do Ensino-Aprendizagem de Língua Inglesa*. Uberlândia: PPGEL/ILEEL/UFU. Dissertação de mestrado. 2012.

FERNANDES, C. & SANTOS, J. B. C.(orgs). *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Editora Entremeios, 2004.

FIGUEIRA, L. F. B. *Atravessamentos polêmicos em estudos literários*. Uberlândia: PPGEL/ILEEL/UFU. Dissertação de mestrado. 2007.

FRANÇA, T. M. *Os sentidos do “dízimo” no jornal “Folha Universal”*. Uberlândia: PPGEL/ILEEL/UFU. Dissertação de mestrado. 2009.

GUILHERME, M. F. F. *Competência oral-enunciativa em língua estrangeira (inglês): fronteiras e limites*. São Paulo: LAELE/PUC-SP. Tese de Doutorado. 2008.

PÊCHEUX M. *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. Tradução: Eni P. Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2008.

_____. Análise Automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-162.

_____. Análise do discurso três épocas. (1983). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 311-319.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____ *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 5ª ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

SANTOS, J. B. C. *A Instância Enunciativa Sujeitucional*. In: Santos, J. B. C. (org.) *Sujeito e subjetividade – Discursividades contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU. Série Linguística in Focus, 2009. p. 73-90

_____ Entremeios da Análise do Discurso com a Linguística Aplicada. In:

LACERDA, Rowena Borralho Monteiro. Discursividade midiático-ideológica sobre a temática da mulher no ENEM 2015. Dossiê em homenagem ao Professor Dr. João Bôsco Cabral dos Santos. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p. 110-132, 2019. (ISSN: 2317-1006 - online).

FERNANDES, C. A. e SANTOS, J. B. C. (orgs.) *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz. 2007. p. 187-206.

Recebido em maio de 2019.

Aceito em julho de 2019.